

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

IVANI LEÃO CARDOSO

Universidade do Estado da Bahia- UNEB

ISAURA FRANCISCO DE OLIVEIRA

Universidade do Estado da Bahia- UNEB

Resumo: O presente artigo é o resultado de um estudo que buscou analisar o atendimento educacional especializado e sua contribuição para o processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula regular. Essa investigação está no âmbito das discussões nacionais sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, Mec/SEEP, 2008-Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008, Resolução n° 4 de 2009 e o Decreto 7611 de 2011. Trata-se de uma pesquisa qualitativa apoiada nos conceitos de Minayo. A coleta de dados foi realizada por meio da observação, da entrevista e análises de documentos. Os resultados evidenciaram o papel importante que o AEE tem no processo de inclusão na sala de aula e no ambiente educativo. A pesquisa sugere que a sala de AEE é importante, mas para que a inclusão escolar aconteça, de fato, requer esforços colaborativos de toda a comunidade escolar para superar as barreiras que impedem a plena inclusão dos alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Sala de aula regular.

1149

Abstract: This article is the result of a study that sought to analyze specialized educational assistance and its contribution to the process of including students with disabilities in the regular classroom. This investigation is within the scope of national discussions on the guidelines for implementing the National Special Education Policy from the perspective of inclusive Education, Mec/SEEP, 2008-Decree n 6,571, of September 17, 2008, Resolution No. 4 of 2009 and Decree 7611 of 2011. This is qualitative research supported in Minayo's concepts. Data collection was carried out through observation, interviews and document analysis. The results highlighted the important role that AEE has in the inclusion process in the classroom and in the educational environment. Research suggests that the AEE classroom is important, but for school inclusion to happen, it actually requires collaborative efforts from the entire school community to overcome the barriers that prevent students' full inclusion.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Regular Classroom.

Introdução

A educação é um direito constitucional de todos, ninguém pode ficar de fora da escola (crianças, adolescentes e adultos etc.) e, todos que frequentarem esse ambiente devem gozar de seus direitos (Brasil, 1988). No corpo da Lei, todos os alunos devem compartilhar das mesmas oportunidades, contudo, a materialização da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é ainda bem recente no cenário educacional brasileiro.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro das escolas regulares teve sua atuação definida pelo decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 e surgiu vinte anos depois da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Atualmente as leis e normas que estão em vigor, que vem definindo a atuação do profissional de AEE são: a Resolução CNE/CEB nº4, de 2 de outubro de 2009 e o ; O Decreto n.º 7611 de 2011 determina em seu Art. 2º que “a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2011).

Apesar da garantia legal, o AEE ainda enfrenta desafios conceituais e procedimentais para ser efetivado nas escolas, assim esse estudo pretende apontar as possibilidades de atuação da sala de AEE de modo que professores, demais profissionais da educação, alunos e familiares, compreendam a importância da inclusão e do Atendimento Educacional Especializado para esse processo, uma vez que a temática é pouco explorada.

Um estudo do estado do conhecimento realizado no acervo de monografias da biblioteca da Universidade do Estado da Bahia - Campus XVII, utilizando o termo de busca “inclusão” e “pessoas com deficiência” foram identificadas 15 monografias que abordam o tema da educação inclusiva. Entretanto, apenas uma dessas monografias aborda de maneira específica o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

1150

A problemática que norteou esse estudo foi: como o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para o processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula regular. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: investigar como se deu o acesso da educação para pessoas com deficiência no ensino regular, considerando os marcos regulatórios que orientam o processo de inclusão; analisar como acontece o Atendimento Educacional Especializado dentro de uma escola regular; analisar em que medida o atendimento educacional especializado contribui para a inclusão do aluno na escola e na sala de aula.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, se caracterizou como pesquisa de campo. Nesse tipo de pesquisa, busca-se um contato direto com a realidade pesquisada. O lócus foi uma escola da rede pública municipal de ensino, localizada em um pequeno município do Oeste Baiano, pertencente ao Território Velho Chico. Os dados foram coletados a partir da análise dos documentos presentes na instituição escolar estudada, observação e entrevista narrativa.

As referências que serviram de subsídios para compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular foram: Sassaki (1997), Mantoan (2003), Mantoan e Prieto (2006), Rogalski (2010), Franco e Schutz (2019), Carvalho (1999), Ropoli et

al. (2010) e outros. É importante destacar a importância dos marcos legais que percorreram toda construção da pesquisa, que foram a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o Decreto nº 7.611/011 e a Lei nº 13.146 de julho de 2015, que têm um papel fundamental na promoção da inclusão educacional, e diversos outros.

Nessa direção, a grande questão que trazemos é: como o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para o processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula regular?

O presente texto é composto por essa introdução, na sequência apresentamos uma breve revisão de literatura de modo a elucidar o atendimento educacional especializado na escola regular. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é apresentada após essa breve revisão de modo a orientar o leitor sobre o caminho percorrido durante a pesquisa. Os resultados e as discussões são apresentados no tópico intitulado atendimento educacional especializado e a inclusão do aluno com deficiência na escola e na sala de aula regular e, por fim, as considerações.

O atendimento educacional especializado na escola regular

1151

Educação Especial é uma modalidade de ensino presente na LDB 9394/96 e “se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional” (Brasil, 2009, art.3). Desse modo, o atendimento deve atuar, não para substituir o ensino regular, mas de maneira transversal, passando todos os níveis, etapas e modalidades (Brasil, 2014).

O AEE pode ser classificado de duas maneiras: como complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, oferecendo apoio permanente, porém limitado no tempo e na frequência, ou como suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação, onde o mesmo deve ocorrer em um espaço apropriado com recursos, sendo a sala de recursos multifuncionais (Brasil, 2011, art. 2).

A educação inclusiva busca abranger a todos no ambiente escolar, reconhecendo e valorizando as singularidades (diferença de cada aluno), em vez de categorizá-los como 'melhores' ou 'piores'. Isso demonstra que o acesso e a permanência de alunos com deficiências no ensino regular são fundamentais para uma sociedade igualitária e equitativa. Frente a esse

contexto, é importante compreender de que forma o Atendimento Educacional Especializado na escola regular, pode contribuir.

O Atendimento Educacional Especializado já estava previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Brasil, 1988; Brasil 1996). O artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, determina o: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei reconhece a importância do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência e estabelece que esse atendimento deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. O AEE deve atender estudantes da educação infantil, ensino fundamental e médio de escolas públicas, privadas e conveniadas orientadas pelos princípios de inclusão e igualdade, de modo a garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva (2008) tornou-se um marco para pensar na inclusão. Esse documento regulatório foi decisivo para a garantia da matrícula e permanência das pessoas com deficiências e transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/ superdotação na escola comum. Complementar a essa política, destaca-se o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, ao estabelecer que o aluno que tem necessidades educacionais especiais é público-alvo da educação especial (PAEE). Esse ato normativo regulamenta o direito de as pessoas supramencionadas frequentarem a escola regular. Ao entrar na escola, o aluno, tem assegurado a dupla matrícula: uma para a sala comum, e a outra para o atendimento educacional especializado. O apoio da sala de AEE é para complementar ou suplementar a educação oferecida na escola. Assim, o aluno deve frequentar dois ambientes diferentes: a sala de aula regular, compatível com sua idade cronológica e a sala de AEE, que, que deverá ser ofertada no turno oposto da aulas da classe comum (Brasil,2008, 2011).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o profissional para atuar na sala de Atendimento Educacional Especializado deve possuir graduação em pedagogia ou qualquer outra licenciatura, sendo essencial uma especialização em Educação Especial ou em áreas afins, que preparem o profissional para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, para que o mesmo possa reconhece-las e estar preparado para agir, quando precisar, em determinadas circunstancias (Brasil,2009). Para Fávero; Pantoja; Mantoan, (2007, p.17) o atendimento diferenciado “não exclui as pessoas com deficiência dos demais princípios [...] portanto o Atendimento Educacional Especializado será válido apenas e tão-somente se levar à concretização do direito a educação”.

O AEE possibilita não somente que os alunos recebam conhecimentos escolares, mas também acesso a recursos e materiais que permitam o desenvolvimento pessoal e intelectual. É importante salientar que o mesmo não se trata de um reforço da sala comum [continuidade dos assuntos e atividades que ocorrem na sala de aula regular]. Além disso, nem todos os alunos listados como público-alvo frequentarão o AEE. Se o aluno possui um laudo, mas consegue realizar todas as atividades integralmente na sala de aula comum, não haverá necessidade de complemento. Essa decisão deve ser tomada com base em uma avaliação individualizada das necessidades de cada aluno, juntamente com seus responsáveis. Além disso, o profissional de AEE pode, em conjunto com o professor da sala regular, realizar encaminhamentos para alunos que têm suspeita de algum diagnóstico.

Na relação entre a sala de aula regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o diálogo individual com os professores desempenha um papel crucial no processo educacional. Essas interações personalizadas e atenciosas permitem que os professores entendam as necessidades, os pontos fortes e as áreas de melhoria de cada aluno. Com esse conhecimento em mãos, os professores podem desenvolver estratégias de ensino mais eficazes para atender às necessidades específicas de cada aluno. O art. 9º do Resolução nº 4/2009 inclusive prevê que:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (Brasil, 2009).

A funcionalidade do profissional da sala de AEE é oferecer atividades diferentes da sala de aula comum, como abordado nos documentos, mas a relação e as trocas são essenciais para o processo inclusivo. É por meio dessas interações que os estudantes podem ampliar seus horizontes, compreender melhor as necessidades uns dos outros e, assim, construir uma comunidade escolar mais inclusiva e acolhedora, possibilitando que as aprendizagens possam ser construídas sem exclusão de nenhum aluno.

Educação inclusiva significa provisão de oportunidades a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade (Sassaki, 1997, p.122).

Desse modo, o processo de inclusão é algo constante, que não se aplica somente na criação de documentos que regem essa perspectiva. As somas de pequenos esforços, como foi

demonstrado na pesquisa, e a relação construída com alguns professores e o coordenador pedagógico, são imprescindíveis para o sucesso de todos os alunos. Mantoan (2003) pontua que alcançar a educação inclusiva não é fácil, mas é possível.

Em síntese, o objetivo do AEE é complementar e suplementar ao ensino regular é garantir que esses alunos tenham acesso à educação de qualidade e inclusiva, adaptada às suas necessidades individuais, e assim potencializar o seu desenvolvimento e a participação plena nas atividades escolares.

Metodologia utilizada para a realização da pesquisa

Os caminhos percorridos durante a realização dessa pesquisa foram cuidadosos, pois compreende-se que metodologia é parte significativa do estudo, ao conferir à cientificidade como ponto de partida. É por meio do percurso metodológico que se obtém os resultados esperados. As escolhas das ferramentas para a realização da pesquisa foram direcionadas por meio do questionamento: como o atendimento educacional especializado pode contribuir para o processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula?

A pesquisa adotou a abordagem dialética, buscando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, históricas e epistemológicas que moldam a educação inclusiva. Isso envolve questionar abordagens metodológicas simplistas e aprofundar nos contextos e fundamentos que cercam o fenômeno educacional (Gamboa, 2012).

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que a temática abordada é ampla e está diretamente relacionada à sociedade. Segundo Mazotti e Gewandsznajder (1998, p.147), "por sua diversidade e flexibilidade, não admite regras precisas, sendo aplicável a uma ampla gama de casos". Apesar da maleabilidade inerente à pesquisa qualitativa, é fundamental seguir uma ordem que garanta sua cientificidade, considerando o método e a escolha das técnicas.

A pesquisa foi conduzida utilizando a abordagem de campo, conforme preconizado por Gil (2008), que destaca sua capacidade ampla de análise de dados e a possibilidade de contemplar diferentes perspectivas. O estudo foi realizado na Escola Municipalizada Arnaldo Cardoso, uma instituição pública localizada em Riacho de Santana, na região Sudoeste da Bahia. Esta cidade está posicionada entre Bom Jesus da Lapa e Igaporã, a uma distância de aproximadamente 720 quilômetros da capital do estado, Salvador. A escolha dessa escola se justificou pela oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é o foco principal

da pesquisa. A instituição oferece o Ensino Fundamental II, compreendendo do 5º ao 9º ano nos períodos matutino e vespertino, além da Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas (EPJAI), atendendo alunos do 1º ao 9º ano no turno noturno.

Os instrumentos de coletas de dados foram: Análise documental (projeto político pedagógico e plano de ação); observação (a observação foi realizada na sala de AEE, abrangeu 40 horas, divididas em três semanas); entrevista narrativa (com Professoras da sala de AEE, coordenador pedagógico e dois professores da sala de aula regular).

As informações obtidas pelos instrumentos: entrevista narrativa, análise documental e observação foram coletados, e posteriormente analisadas através da triangulação. Sendo caracterizado por um conjunto de instrumentos de dados para um estudo aprofundado. De maneira mais direta, o método da triangulação busca estudar, de diferentes lócus, a mesma realidade, e assim não se prende a uma situação específica ou instrumento.

Flick (2009, p. 62), afirma que “a triangulação implica que os pesquisadores assumam diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo. Essas perspectivas podem ser substantiadas pelo emprego de vários métodos e /ou em várias abordagens teóricas”.

O atendimento educacional especializado e a inclusão do aluno com deficiência na escola e na sala de aula regular:

1155

As atividades desenvolvidas dentro da sala de AEE são diversas e visam o desenvolvimento integral dos alunos com deficiências e transtornos globais. As intervenções variam de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, por meio do PDI. Essas intervenções não seguem o modelo da sala de aula regular, mas são projetadas para promover o desenvolvimento integral, tanto na escola quanto na sociedade.

Durante a observação, a professora de AEE relatou esses momentos em conjunto:

Sempre esclareço as dúvidas dos professores(as), quando eles(as) me procuram, mas têm os momentos de Atividades Complementares (AC) coletivas, isso acontece uma vez no mês...as vezes demora, mas tem também o conselho de classe, que é mais recorrente[...] No AC do início do ano trouxe para os professores a importância de incluir os alunos PCD, os diagnósticos, como trabalhar com as individualidades, mas teve professor que faltou e depois veio questionar o porquê não expliquei sobre o comportamento de determinado aluno (Diário de campo, Professora de AEE, setembro/ outubro, 2023).

Embora haja desafios na implementação efetiva da educação inclusiva, o Projeto político Pedagógico (PPP) e o plano de ação trazem as mudanças nas ações e esforços contínuos, representam um passo importante na direção certa, para garantir que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades a partir de suas especificidades/equidade

Durante as narrativas, a professora da sala regular destacou a sua relação com a profissional de AEE, e como a mesma trabalha:

A gente vê que tem um avanço com eles, aqueles que realmente frequentam, porque nós temos um grupo de alguns que têm uma frequência, mas nós temos alguns que matriculam, mas não vêm, pois é no horário oposto. Então a gente vê o avanço que tem. As meninas do AEE têm uma conexão com a gente, elas têm os relatórios os repassam para a gente no início do ano[...]é uma relação mútua e é uma conexão boa. Qualquer coisa que acontece: alteração na sala de aula ou bloqueio e mudança de comportamento que tem na sala de aula; nós perguntamos para elas o que está acontecendo, se elas sabem alguma coisa, e da mesma forma elas fazem com a gente também (Professora da sala de aula regular 1, setembro/outubro, 2023).

No texto abaixo, a Professora de sala de aula (2), descreve a sua conexão com a professora de AEE e sua sala, e conta sua experiência de como os alunos com deficiências não gostam de atividades completamente diferentes.

Os alunos não querem atividades diferentes dos demais, mesmos com suas dificuldades. Nesse momento o AEE ajuda, eles se deslocam da turma e vêm para sala de recursos e o professor lê com calma com eles, e assim eles participam melhor, é bastante gratificante. O AEE ajuda no processo de socialização, no início eles não tinham coragem de falar nada, nem sobre qual eram os problemas deles. E a partir do momento que o AEE passa acompanhar, percebe-se a mudança, até o convívio com os professores e colegas, até algo particular deles, eles passaram a mostrar suas dificuldades, vontades e desejos (Professora da sala de aula regular 2, setembro/outubro, 2023).

1156

Essa fala retrata a importância de compreender que conhecer as especificidades dos alunos com deficiências não é para diferenciá-los, com atividades diferentes da turma, mas sim para propor caminhos que permitam que a todos tenham acesso ao mesmo currículo. Mantoan e Sassaki destacam a necessidade de conhecer essas especificidades para eliminar as barreiras que impedem sua inclusão, propondo, assim, a equidade em vez da igualdade (Mantoan 2003; Sassaki 1997).

Ao longo da pesquisa é possível ver duas interfaces: se por um lado há os avanços dos alunos com deficiências e transtornos globais diante de um cronograma específico que respeita as individualidades de cada um para ser atendidos na sala de AEE, por outro, a pesquisa apontou as dificuldades enfrentadas no trabalho colaborativo. Ainda há a mal interpretação dos funcionários acerca da sala de recurso. A escola ainda sofre com falta de recursos pedagógicos, como equipamentos tecnológicos e de softwares educacionais necessário à aprendizagem dos alunos.

Dentro da sala de AEE, o foco é mais em atividade do caderno individual, pois os alunos já estão enjoados dos recursos pedagógicos disponíveis. E nessa preferência dos alunos, é buscado trabalhar a autonomia, a língua de sinais (Libras), a língua portuguesa, a matemática e atividades que envolvem situações do dia a dia (depende da especificidade de cada um) para adquirir o máximo potencial de desenvolvimento de cada estudante (Mantoan, 2003).

Desse modo, as falas das professora de AEE e professoras da sala regular (P1, P2) evidenciaram os desenvolvimentos e as aprendizagens construídas dentro da sala de AEE, que são levados para a sala de aula e o ambiente educativo, permitindo uma relação saudável com seus pares e a possibilidade de acesso ao currículo.

A professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem relatado os avanços que construiu no ambiente em que trabalha, bem como uma relação mais estreita com os responsáveis pelos alunos, mesmo que, com alguns, o diálogo seja mais difícil; "já chegaram até a me bloquear" e não trazem os alunos no horário marcado (Diário de campo, Professora de AEE, setembro/outubro, 2023). Apesar de muitos familiares serem assíduos nos atendimentos, levando os alunos no horário marcado, outros faltam muito. Essa situação destaca a importância de continuar trabalhando na melhoria da comunicação com os pais e responsáveis, para garantir o melhor suporte possível aos alunos.

Durante a observação, foi notório o carinho e confiança que os alunos construíram com a profissional que atende neste espaço. Eles desenvolveram uma relação de respeito. Os alunos sempre passam para cumprimentá-la, dar um bom dia e abraçá-la.

Auxílio na sala comum, trabalho em cima das dificuldades de escrita, leitura, autonomia, independência e socialização; depende das especificidades dos estudantes, acredito que ajuda [...] tem um aluno que não conseguia andar sem um familiar; hoje, anda pela escola, construiu uma relação amigável com sua AT, colegas e professores. E quando o professor da sala comum, trabalha de maneira inclusiva com todos os alunos, o avanço é maior (Professora de AEE, setembro/ outubro, 2023).

Desse modo, fica esclarecido que as diferentes dimensões do trabalho na sala de AEE contribuem para a construção da autonomia, socialização e para o desenvolvimento de funções intelectuais essenciais para o acesso ao currículo, como a leitura e a escrita. Essas melhorias demonstram a importância do trabalho conjunto entre a sala de recursos e a sala comum, onde a inclusão e a participação ativa de todos os alunos são elementos fundamentais no processo educacional. A autora Mantoan (2003, p. 16) cita que “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. E assim, a escola pesquisada procura auxiliar os

alunos com deficiências e transtornos globais no seu cotidiano, na eliminação de barreiras arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática (Sassaki, 2009).

A coordenação faz esse trabalho, também para ajudar o professor na sala de aula e esse aluno, por direito, frequenta a sala de aula regular; os professores precisam entender esse aluno. Leitura dos relatórios. Eu tenho que informar onde pode ser trabalhado com eles. Por que não pode utilizar o mesmo planejamento dos outros alunos do regular com esse aluno; é possível. Ela [...] também ajuda com isso. Então, assim, vai ter um papel muito importante na escola. Além de ser professora, ela também se torna formadora (Coordenador P., setembro/outubro, 2023).

Nota-se o processo de cooperação entre o coordenador e a professora de AEE. Durante a observação, sua presença nesse espaço foi marcada por diálogos relacionados à frequência dos alunos, os alunos que estavam sendo atendidos, e a criação de momentos para sensibilizar os demais alunos da sala regular sobre as diferenças e o respeito as diversidades.

As funções do professor de educação especial são abertas à articulação com as atividades desenvolvidas por professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e gestores das escolas comuns, tendo em vista o benefício dos alunos e a melhoria da qualidade de ensino (Franco; Schutz, 2019, p.249).

Foi possível observar que, mesmo com as dificuldades enfrentadas, o processo de cooperação está presente na busca pela educação inclusiva, na promoção por um ambiente sem preconceito, que aprenda com as diferenças.

1158

Algumas considerações

Este estudo buscou analisar em que medida o atendimento educacional especializado contribui para a inclusão do aluno na sala de aula. A pesquisa de campo apontou que AEE no processo de inclusão tem sim, contribuído, e muito, uma vez que os alunos com deficiências e transtornos globais têm avançado consideravelmente, principalmente no desenvolvimento da autonomia, socialização e no acesso ao currículo na sala de aula regular. E, diante deste processo, é imprescindível falar do trabalho em cooperação e dos diálogos dos participantes da pesquisa para esse processo.

Diante de uma análise mais aprofundada dos documentos, bem como a Constituição Federal (1988), que vêm abordando o AEE, não é recente; no entanto, demonstra-se que a inserção do atendimento educacional especializado dentro das escolas foi organizada posteriormente. Suas funções foram definidas no ano de 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Resolução nº 4 de 2009 e o Decreto

7611 de 2011. Esses marcos legais representam avanços significativos na garantia do direito à educação de qualidade para todos.

O estudo proporcionou a compreensão sobre as informações que buscaram analisar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro da sala de AEE. Os resultados obtidos têm contribuído significativamente para a análise desta modalidade de ensino, ressaltando seu papel crucial na eliminação de barreiras. Isso se deve, em grande parte, ao trabalho individualizado, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que permite aos alunos se desenvolverem integralmente, possibilitando suas inclusões no ambiente educativo e na sociedade de forma mais efetiva.

Contudo, é importante observar que a profissional de AEE enfrenta alguns desafios. Estes incluem a escassez de recursos tecnológicos, que muitas vezes dificultam a criação de trabalhos que tornem o currículo acessível de forma prática aos alunos. Além disso, há a interrupção dos atendimentos para realização de reforço ou ceder espaço para os alunos da sala regular, o que pode afetar a continuidade do suporte prestado aos alunos com deficiência e transtornos globais. Além disso, foi possível perceber certa falta de compreensão acerca da funcionalidade do espaço destinado ao AEE por parte de alguns funcionários da escola.

Este contexto destaca a importância de conscientizar toda a comunidade escolar sobre a relevância do AEE e da inclusão, bem como de buscar soluções para superar as dificuldades enfrentadas, garantindo que os alunos com deficiência e transtornos globais tenham acesso a uma educação de qualidade, para que possam se desenvolver plenamente.

1159

Desse modo, pensar em uma escola verdadeiramente inclusiva não é fácil, mas é possível. Isso não é algo que apenas um profissional especializado faz, mas sim responsabilidade de toda a escola (Mantoan, 2003).

Fica evidente como os documentos normativos, bem como o projeto político pedagógico e o plano de ação desempenharam um papel fundamental na orientação e no desenvolvimento das políticas de inclusão na escola pesquisada. A presença de um olhar atento à inclusão de todos os estudantes se reflete nas políticas educacionais e práticas adotadas pela instituição.

Essa atenção demonstra um compromisso com a equidade e a diversidade, valores essenciais em um sistema educacional inclusivo. Além disso, a menção de "construir alternativas" é um passo crucial em direção à concretização da inclusão. Isso implica não apenas reconhecer as barreiras e desafios para a inclusão, mas também buscar ativamente soluções e estratégias para superá-los.

Fica evidente a importância do AEE no processo de inclusão, diante das falas dos profissionais da educação e da observação. Os alunos com deficiências e transtornos globais têm avançado consideravelmente, em destaque no desenvolvimento da autonomia, socialização e no acesso ao currículo na sala de aula regular. E diante deste processo, é imprescindível falar do trabalho em cooperação e nos diálogos dos participantes da pesquisa para esse processo

Por fim, diante do desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que a efetivação da inclusão no ambiente escolar não depende unicamente do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O professor de AEE desempenha um papel fundamental ao identificar, elaborar e executar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), e ao estabelecer uma comunicação efetiva com os professores da sala regular, coordenadores e familiares. No entanto, a inclusão requer esforços colaborativos de toda a comunidade escolar para superar as barreiras que impedem a plena inclusão dos alunos (Franco; Schutz, 2019). Nesse contexto, a responsabilidade de eliminar todas as barreiras que prejudicam a inclusão não recai apenas sobre o professor de AEE, mas é compartilhada por todos os atores envolvidos no ambiente escolar.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em 24/08/2023.

BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

BRASIL, Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. **política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.**

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva.** Brasília: Mec/SEEP, 2008-Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 27/11/2021.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 13/08/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União. 2 Out 2009.

BRASIL, **Nota Técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010**. Programa de Sala de Recurso Multifuncional, 2010. MEC. Disponível em: [http:// https://pne.mec.gov.br/](http://https://pne.mec.gov.br/) Acesso em: 29/11/2022.

BRASIL, **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 03/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 25/O8 2023.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema Silva. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos de sociologias política da UFSC. Vol.2 n 1(3), janeiro-julho/2005, p.68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br.

CARVALHO, R.E. **O direito de Ter Direito**. In: Salto para o futuro. Educação especial: Tendências atuais/ secretaria de Educação a Distância Brasília; Ministério da Educação, SEEP,1999.

FÁVERO, E.A.G.; PANTOJA, L.M.; MANTOAN, M.T.E. Atendimento Educacional Especializado – Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

1161

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Míni Aurélio: **O dicionário da língua portuguesa**. 6 Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004, 895 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 13. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987. 79p.

FRANCO, A. M S.L.; SCHUTZ G. E **Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado**. saúde debate | rio de janeiro, v. 43, n. especial 4, p. 244-255, dez 2019.

CARLOMAGNO M. C.; ROCHA L. C. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica**. Revista eletrônica de ciência política, vol.7, n.1,2016. P. 173-178.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**-6. ed-São Paulo: Atlas,2008.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer M. W., Gaskell G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KRIPKA, R. M. L; SCHELLER, M; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigações UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica 1.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In:____
Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 277-280

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?.**- São Paulo:Moderna,2003.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos; ARANTES, Valéria, Amorim, (org.).- 5. Ed.-São Paulo: Summus, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** 5. ed. Tradução de José Carlos Bruni et.al. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MENDES, E. G; MALHEIRO, C. A. L. **Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado?** MIRANDA, Theresinha, Guimarães; FILHO, Teófilo, Alves, Galvão. (org.) O professor e a educação inclusiva: formação prática e lugares-Salvador: EDUFBA,2012. 1/491p.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; NETO, O. C; GOMES, R. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 21^a. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

PACHÁ, P.; MOREIRA, L. V. C. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. Synesis, v.14, n.1, p.157-168, 2022.

RIACHO DE SANTANA. Secretária de Educação. Escola municipalizada Arnaldo Cardoso. **Projeto Politico Pedagógico-PPP.** Riacho de Santana, 2022.

RIACHO DE SANTANA. Secretária de Educação. Escola municipalizada Arnaldo Cardoso. **Plano de Ação-PA,** Riacho de Santana, 2023.

RIACHO DE SANTANA. Secretária de Educação. Escola municipalizada Arnaldo Cardoso. **Plano de Ação da Sala de Recursos Multifuncionais.** Riacho de Santana, 2022.

SASSAKI, K. R. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Autor 1:



Ivani Leão Cardoso

Graduação em pedagogia – UNEB.

Email: ivanileaocardoso@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4571482512591947>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5684-328X>

Autor 2:



Isaura Francisco de Oliveira

Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB).

Doutoranda em Educação (UESB/PPGD). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Email: Isaurauneb@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2419711675192263>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5691-5697>